

# “CRESCER E MULTIPLICAR-VÓS”: AS SETE AULAS DO COMÉRCIO PORTUGUESAS (1759-1821), COM PARTICULAR REFERÊNCIA PARA AS FUNDADAS NO BRASIL

*“GROW AND MULTIPLY”: THE SEVEN PORTUGUESE SCHOOLS OF COMMERCE (1759-1821), WITH PARTICULAR REFERENCE TO THOSE FOUNDED IN BRAZIL*

## CECÍLIA DUARTE

Mestranda no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCA de Coimbra | Coimbra *Business School*). E-mail: [ceciliamariaduarte1@gmail.com](mailto:ceciliamariaduarte1@gmail.com)

## MIGUEL GONÇALVES

Mestre em Contabilidade e Auditoria (Pré-Bolonha) pela Universidade de Aveiro. Professor no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra Business School (ISCAC de Coimbra), Portugal. E-mail: [mgoncalves@iscac.pt](mailto:mgoncalves@iscac.pt)

## CRISTINA GÓIS

Doutora em Contabilidade pela Universidad Extremadura Professora no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCA de Coimbra | Coimbra *Business School*), Portugal. E-mail: [cgois@iscac.pt](mailto:cgois@iscac.pt)

---

Endereço: Quinta Agrícola - Bencanta, Coimbra, Portugal, 3040-316

---

**Resumo:** O propósito do artigo consiste em debater como, quando e porquê foram instituídas sete Aulas do Comércio, tanto em Portugal como no Brasil durante os reinados de D. José I, D. Maria I e D. João VI, identificando as relações entre elas. Para a sua concretização foram privilegiadas fontes de investigação secundárias, nomeadamente artigos publicados em revistas nacionais e internacionais mediante a adoção de uma metodologia qualitativa. Através de fontes primárias de investigação, o trabalho introduz pela primeira vez na literatura a evidência empírica de que João Henrique de Sousa (o primeiro professor da Aula do Comércio de Lisboa) acumulou o cargo de escrivão do tesoureiro-mor no Erário Régio com o de negociante de grosso trato e da presença de D. José I nos exames da Aula do Comércio de Lisboa.

**Palavras-chave:** Aulas do Comércio; Ensino; Partidas Dobradas; História da Contabilidade; Brasil; Portugal.

**Abstract:** *The purpose of the article is to debate how, when and why seven Portuguese Schools of Commerce were instituted, both in Portugal and in Brazil during the reigns of D. José I, D. Maria I and D. João VI, identifying the relationships between them. For its implementation, secondary research sources were privileged, namely articles published in national and international journals through the adoption of a qualitative methodology. Through primary sources of investigation, the work introduces for the first time into the literature the empirical evidence that João Henrique de Sousa (the first professor at the Lisbon School of Commerce) accumulated the position of Clerk of the General Treasury in the Royal Treasury with the wholesaler and the presence of D. José I in the exams of the Lisbon School of Commerce.*

**Keywords:** *Schools of Commerce; Teaching; Double-Entry Bookkeeping; Accounting History; Brazil; Portugal.*

## 1 INTRODUÇÃO

Os últimos anos presenciaram o florescimento da investigação em história da contabilidade, atribuída em primeira instância ao elevado número de trabalhos relacionados com o reconhecimento da contabilidade como profissão e disciplina académica (Faria, 2006, pp. 186-187). De facto, em Portugal, as referidas temáticas ganharam especial relevância a partir da segunda metade do século XVIII com a coroação de D. José I (1714-

1777) e a consequente nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782; futuro Marquês de Pombal, em 1770) para o governo central. Carvalho e Melo iniciou a sua carreira política em Londres (1738-1744; seis meses também em 1745), como enviado extraordinário da corte de D. João V.

Com a instituição da Junta do Comércio (1755), organismo dinamizador da economia portuguesa, Pombal atribuiu-lhe a fundação e a administração da primeira escola de ensino comercial ao nível nacional, a Aula do Comércio de Lisboa (1759). A Aula lisboeta tinha como principal objetivo colmatar a carência de negociantes hábeis e de guarda-livros nacionais o que permitiria a Portugal competir com as nações mais polidas da Europa de setecentos.

Em 1777, com o falecimento de D. José I sobe ao trono a sua filha D. Maria I (1734-1816). Durante o seu governo, a monarca instituiu a primeira Aula do Comércio fundada no período pós-pombalino, a Aula do Comércio de Faro. Devido à doença psicológica da monarca, que a tornou incapaz de reinar, desde 1792, a regência foi entregue ao seu primogénito D. João (1767-1826), futuro rei D. João VI, em 1816. Nesta posição D. João teve a oportunidade de expandir o conhecimento da contabilidade por partidas dobradas mediante a criação de diversas Aulas do Comércio, como a do Porto e as do Brasil.

Isto dito, o presente trabalho tem como finalidade explorar as relações entre as referidas Aulas do Comércio, nomeadamente como, quando e porquê foram instituídas. Além do referido, o estudo introduz pela primeira vez na literatura a evidência empírica de que o primeiro lente da Aula do Comércio de Lisboa, João Henrique de Sousa foi negociante de grosso trato em acumulação ao cargo de escrivão do tesoureiro-mor do Erário Régio e de que D. José I assistia aos exames dos alunos da Aula do Comércio de Lisboa.

Para atingir o referido objetivo será adotada uma metodologia de pesquisa qualitativa através da utilização de diversas fontes secundárias de investigação como artigos de periódicos nacionais e internacionais, comunicações em congressos, capítulos de livros e livros. Ainda assim, foram utilizadas fontes primárias de investigação como manuscritos recolhidos no *Arquivo Nacional da Torre do Tombo* e legislação da época.

Finda a introdução, o trabalho divide-se em três secções adicionais. De seguida será abordada a Aula do Comércio de Lisboa, aproveitando-se a oportunidade para identificar as principais contribuições da literatura para o seu estudo. A secção seguinte debate as seis Aulas que descenderam da Aula do Comércio de Lisboa, fundadas tanto em Portugal como na América Portuguesa, ou seja, no Brasil. O trabalho termina com a secção dedicada às conclusões, limitações e sugestões para futuras pesquisas.

## 2 A AULA DO COMÉRCIO DE LISBOA COMO PIONEIRA DO ENSINO COMERCIAL E CONTABILÍSTICO

A Junta do Comércio, devido ao terramoto de 1755, apenas concluiu a 19 de abril de 1759 os estatutos da Aula do Comércio de Lisboa, os quais foram confirmados pelo monarca no mês posterior (Martins, 1960, p. 9). A referida Aula é apontada na literatura como a primeira escola pública ao nível mundial a ensinar contabilidade por partidas dobradas (veja-se Rodrigues, Craig e Gomes, 2007, pp. 76-85, 2010a, pp. 42-46). Esta constatação coloca Portugal num lugar de destaque quanto ao pioneirismo do ensino da contabilidade, ao nível mundial, ao ponto de ser considerada como uma “autêntica glória portuguesa” (Azevedo, 1961, p. 20).

Com o início do primeiro curso da referida Aula lisboeta, a 1 de setembro de 1759 (Cardoso, 1984, p. 87; Santana, 1986b, p. 19), é dado o primeiro passo para o ensino oficial e público da contabilidade em Portugal (Lira, 2011a, p. 101). Note-se que a partir daquele dia a contabilidade não mais se deixou de ensinar no nosso país (Duarte, Lopes e Gonçalves, 2017, p. 305).

Denota-se, portanto, que o ensino da contabilidade está intimamente relacionado com o nascimento da profissão de contabilista, ou, usando o vocábulo corrente na época, guarda-livros (Gonçalves, 2010c, p. 56), classe esta que começou a ganhar importância desde a segunda metade do século XVIII (Gonçalves e Marques, 2010, p. 328). Daqui resulta a importância da Aula do Comércio de Lisboa por ser o embrião tanto do ensino da contabilidade, como da profissão a si associada.

É muito ampla a literatura dedicada à Aula do Comércio de Lisboa. Consequentemente, apresenta-se oportuno atualizar a tabela elaborada por Guimarães (2009, p. 31), a qual enumera os artigos sobre a Aula do Comércio publicados em revistas portuguesas de contabilidade. Aproveita-se a oportunidade para adicionar algumas entradas que, pela sua importância e contributo para a literatura, permitem aprofundar o conhecimento sobre a dita Aula lisboeta. Para este efeito, atente-se na Tabela 1.

**Tabela 1:** Literatura de destaque sobre a Aula do Comércio de Lisboa (1759-1844).

<i>Autor e ano</i>	<i>Título</i>	<i>Local de publicação ou congresso ou editora</i>	<i>Modo de publicação/ Divulgação à sociedade</i>
<b>Thiago (1929)</b>	“A primeira Aula de Comércio em Portugal”.	<i>A Voz do Comércio.</i>	Periódico português.
<b>Martins (1937)</b>	“A Aula do Comércio”.	<i>Revista de Contabilidade e Comércio.</i>	Periódico português.
<b>Felismino (1960)</b>	“No duplo centenário da Aula do Comércio”.	<i>Boletim da Sociedade Portuguesa de Contabilidade.</i>	Periódico português.
<b>Gonçalves (1960)</b>	“A «Aula do Comércio». Comemorações do 2.º centenário da sua fundação”.	<i>Boletim da Sociedade Portuguesa de Contabilidade.</i>	Periódico português.
<b>Martins (1960)</b>	“A «Aula do Comércio» (1759)”.	Não identificado.	Brochura editada em Portugal.
<b>Santana (1970)</b>	“Locais de funcionamento da Aula do Comércio”.	<i>Revista Municipal – Lisboa.</i>	Periódico português.
<b>Santana (1974)</b>	<i>Contributo para um Dicionário de Professores e Alunos das Aulas de Comércio.</i>	<i>Associação Comercial de Lisboa – Câmara de Comércio.</i>	Livro português.
<b>Cardoso (1984)</b>	“Uma “notícia” esquecida: o ensino da economia na Aula do Comércio”.	<i>Estudos de Economia.</i>	Periódico português.
<b>Santana (1985)</b>	“A Aula do Comércio: uma escola burguesa em Lisboa”.	<i>Ler História.</i>	Periódico português.
<b>Santana (1986a)</b>	“A Aula do Comércio de Lisboa. I – antecedentes”.	<i>Lisboa - Revista Municipal.</i>	Periódico português.
<b>Santana (1986b)</b>	“A Aula do Comércio de Lisboa. II – relance sobre a vida de uma escola”.	<i>Lisboa - Revista Municipal.</i>	Periódico português.
<b>Santana (1986c)</b>	“A Aula do Comércio de Lisboa. III – dos programas aos exames (parte 1)”.	<i>Lisboa - Revista Municipal.</i>	Periódico português.
<b>Santana (1987a)</b>	“A Aula do Comércio de Lisboa. III – dos programas aos exames (parte 2)”.	<i>Lisboa - Revista Municipal.</i>	Periódico português.
<b>Santana (1987b)</b>	“A Aula do Comércio de Lisboa. IV – dos programas aos exames (continuação)”.	<i>Lisboa - Revista Municipal.</i>	Periódico português.
<b>Santana (1987c)</b>	“A Aula do Comércio de Lisboa. V – abecedário de lentes e aulistas”.	<i>Lisboa - Revista Municipal.</i>	Periódico português.
<b>Santana (1987d)</b>	“A Aula do Comércio de Lisboa. VI”.	<i>Lisboa - Revista Municipal.</i>	Periódico português.
<b>Santana (1988a)</b>	“A Aula do Comércio de Lisboa. VII (conclusão)”.	<i>Lisboa - Revista Municipal.</i>	Periódico português.
<b>Ferreira, Kedsle e Freitas (1995)</b>	“The history of accounting in Portugal, with special reference to the Aula do Comercio”. <sup>1</sup>	<i>18th European Accounting Association Congress.</i>	Congresso internacional.
<b>Caiado (2000)</b>	“The teaching of accounting in Aula do Comércio (1759-1844)”.	<i>8th World Congress of Accounting Historians.</i>	Congresso internacional.
<b>Rodrigues, Gomes e Craig (2003)</b>	“Aula do Comércio: primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional oficialmente criado no Mundo?”	<i>Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.</i>	Periódico português.

1 Trata-se da primeira comunicação internacional sobre a Aula do Comércio de Lisboa (o congresso decorreu no Reino Unido, na cidade de Birmingham).

<b>Rodrigues e Craig (2004)</b>	“English mercantilist influences on the foundation of the Portuguese School of Commerce in 1759.”	<i>Atlantic Economic Journal.</i>	Periódico internacional.
<b>Rodrigues e Craig (2005)</b>	“Influências mercantilistas inglesas na criação da Aula do Comércio em 1759.”	<i>Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.</i>	Periódico português.
<b>Rodrigues, Craig e Gomes (2007)</b>	“State intervention in commercial education: the case of the Portuguese School of Commerce – 1759.”	<i>Accounting History.</i>	Periódico internacional.
<b>Rodrigues e Craig (2009)</b>	“Teachers as servants of state ideology: Sousa and Sales, Portuguese School of Commerce, 1759-1784.”	<i>Critical Perspectives on Accounting.</i>	Periódico internacional.
<b>Carqueja (2010)</b>	<i>Arte da Escritura Dobrada que Ditou na Aula do Comércio João Henrique de Sousa Copiada para Instrução de José Feliz Venâncio Coutinho no Ano de 1765 – Comentário, Fac-Símile e Leitura.</i>	Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.	Periódico português.
<b>Gonçalves (2010a)</b>	“Análise estatutária das normas atinentes à regulação da Aula do Comércio de Lisboa (1759): uma reflexão adicional.”	<i>Jornal de Contabilidade.</i>	Periódico português.
<b>Gonçalves (2010b)</b>	“Bosquejo duma sucinta história da contabilidade em Portugal até a fundação da primeira Escola de Comércio e Contabilidade (1759).”	<i>Revista Universo Contábil.</i>	Periódico internacional.
<b>Gonçalves (2010c)</b>	“Escola de Comércio e memória histórica dos primeiros professores e estudantes de contabilidade – parte 1.”	<i>Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.</i>	Periódico português.
<b>Gonçalves (2010d)</b>	“Escola de Comércio e memória histórica dos primeiros professores e estudantes de contabilidade – parte 2.”	<i>Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.</i>	Periódico português.
<b>Gonçalves e Marques (2010)</b>	“Da necessidade da criação do ensino de contabilidade para o ofício de guarda-livros no Portugal de setecentos.”	<i>Jornal de Contabilidade.</i>	Periódico português.
<b>Rodrigues e Craig (2010)</b>	“Os dois primeiros professores da Aula do Comércio e a ideologia do Estado.”	<i>Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.</i>	Periódico português.
<b>Rodrigues, Craig e Gomes (2010a)</b>	“A intervenção do Estado no ensino comercial: o caso da Aula do Comércio, 1759 (I).”	<i>Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.</i>	Periódico português.
<b>Rodrigues, Craig e Gomes (2010b)</b>	“A intervenção do Estado no ensino comercial: o caso da Aula do Comércio, 1759 (II).”	<i>Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.</i>	Periódico português.
<b>Gonçalves (2011b)</b>	“Aula do Comércio do Porto (1803): sua criação e confronto crítico com a correlativa Aula Lisboeta.”	<i>Revista Científica da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.</i>	Periódico português.
<b>Gonçalves (2011c)</b>	“Explorando a relação ensino-Contabilidade: genealogia da Aula de Comércio Lisboeta, 1759.”	<i>Revista de Contabilidade &amp; Finanças.</i>	Periódico português.

<b>Lira (2011a)</b>	“A importância da Aula do Comércio na história da contabilidade portuguesa.”	<i>Revista Universo Contábil.</i>	Periódico internacional.
<b>Lira (2011b)</b>	“O ensino da contabilidade em Portugal no século XVIII: A Aula do Comércio.”	<i>Revista de Educação e Pesquisa de Contabilidade.</i>	Periódico internacional.
<b>Gonçalves (2016)</b>	“Relação dos primeiros contabilistas formados em Portugal por via institucional (1759-1763: Aula do Comércio de Lisboa).”	<i>De Computis – Revista Española de Historia de la Contabilidad.</i>	Periódico internacional.
<b>Gonçalves (2017a)</b>	“Contribuição para a história da profissão contabilística em Portugal: o primeiro guarda-livros com diploma escolar (1771).”	<i>De Computis – Revista Española de Historia de la Contabilidad.</i>	Periódico internacional.
<b>Gonçalves (2017b)</b>	<i>Pequena História de uma Escola de Contabilidade: a Aula do Comércio de Lisboa – Contributo para a história da profissão de contabilista e da difusão das partidas dobradas em Portugal.</i>	Associação Portuguesa dos Técnicos de Contabilidade.	Livro português.

**Fonte:** Elaboração própria, tomando como ponto de partida Guimarães (2009, p. 31).

Contudo, não se pode esquecer o homem por detrás da obra: Marquês de Pombal. Durante a sua estada em Londres, Pombal terá tido contato com o plano de Postlethwayt em fundar um Colégio Mercantil Britânico, no qual se inspirou para a criação da Aula do Comércio (Rodrigues e Craig, 2004, pp. 330-331, 2005, pp. 24-25). Também a correspondência enviada por Pombal ao Cardeal da Mota (principal conselheiro de D. João V), em 1742, ajuda a confirmar que foi na cidade britânica que Pombal teceu aquele que seria o futuro plano curricular da Aula lisboeta (vejam-se §§10-16 dos estatutos da Aula do Comércio; Rodrigues e Craig, 2004, p. 338, 2005, p. 28).

Na referida carta (veja-se Pombal, 1742), o futuro estadista discute quais os conhecimentos que os negociantes nacionais deveriam adquirir: “peso e medida” (§ 51); “deve e há de haver” (§ 53); “regras da aritmética” (§§ 53, 56) e o “valor intrínseco das moedas” (§ 57). Mas outra pista quanto ao plano curricular da futura Aula foi dada por Pombal através dos estatutos da Junta do Comércio. O capítulo XVI – *Dos Mestres da Aula do Comércio e seus Exercícios* – remete para a criação da Aula do Comércio. É a seguinte a sua redação:

porque a falta de arrecadação de livros, redução de dinheiros, de medidas, e de pesos, inteligência de câmbios, e de mais partes, que constituem um perfeito Negociante, tem sido de grande prejuízo ao comércio destes Reinos, se deve estabelecer por esta Junta, uma Aula [...] (Capítulo XVI dos estatutos da Junta do Comércio – 12 de dezembro de 1756).

Com a instituição da Aula do Comércio iniciou-se o ensino das partidas dobradas em Portugal e, naturalmente, saíam da mesma os alunos necessários para colmatar a carência de negociantes nacionais hábeis para a prossecução das ideias mercantilistas de Pombal. Por ser estatal e laica, a Aula do Comércio foi uma medida de reforço do poder do Estado (Santana, 1986a, p. 27), o que se mostrava condizente com as ideias despóticas do seu fundador.

A vida da Aula lisboeta foi pautada pelo sucesso, seja pelo elevado número de aulistas que a frequentaram, seja pela reserva de mercado garantida aos seus diplomados (veja-se a Carta de Lei de 30 de agosto de 1770). A par do disposto, o cargo de primeiro lente da Aula do Comércio de Lisboa foi ocupado por João Henrique de Sousa, professor que deixou as suas funções de docente para integrar o projeto de implementação das partidas dobradas na contabilidade pública, em janeiro de 1762, como escrivão do tesoureiro-mor (Rodrigues e Craig, 2009, p. 387, 2010, pp. 48-49). Em simultâneo, João Henrique de Sousa era negociante, em função do seu nome constar da lista de negociantes de grosso trato efetuada pela Junta do Comércio em 30 de outubro de 1762 (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Junta do Comércio, Livro 109, fólho 78v*). Assim, Sousa acumulava o cargo público no Erário Régio com a atividade de comerciante que exercia na sua esfera privada, o que mostra que à época não existia conflito de interesses na acumulação de funções públicas e privadas.

Outra situação que revela a importância da Aula do Comércio de Lisboa, cifra-se no apreço que D. José I lhe atribuíu, pois “muitas vezes foi assistir aos exames dos alunos com toda a sua corte, para o que se

construiu de propósito a tribuna que lá existe e quando este não ia poucas vezes faltava o seu ministro, Pombal” (Ratton, 1813, p. 257). Esta afirmação pode ser corroborada se se tiver presente que D. José I assistiu presencialmente à prova pública do estudante Maurício José Teixeira de Moraes (1751-1832), por conta do seu exame do primeiro ano do curso da Aula do Comércio (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Caixa 182, Maço 56, fôlio não numerado*). Teixeira de Moraes foi aulista do terceiro curso da Aula do Comércio (1767-1770).

Naturalmente, uma instituição com tal reconhecimento merecia ser “multiplicada pelo país se as circunstâncias o permitissem ou o impusessem” (Santana, 2012, p. 26). Mas é no reinado de D. Maria I, principalmente sob a regência de seu filho D. João, futuro D. João VI, que se efetivou a criação de outras Aulas do Comércio em Portugal e, também, na América Portuguesa (Brasil).

### 3 AS DESCENDENTES DA AULA DO COMÉRCIO DE LISBOA

Seria de esperar que a primeira Aula a instituir no período pós-pombalino se localizasse no Porto por ser a “segunda cidade onde a atividade comercial era mais importante, não possuindo, no entanto, uma escola onde se ministrassem os conhecimentos elementares de comércio” (Pereira, 2001, p. 277). Porém, foi a Faro que coube a estreia do ensino comercial no reinado posterior ao de D. José I, através da criação da Aula do Comércio do Reino do Algarve (1791) (Santana, 2012, p. 27). Aqui, procurou-se reproduzir o funcionamento da Aula lisboeta (Santana, 1986c, pp. 34-35). Como refere Gonçalves (2017b, p. 88), tudo o que se conhece em relação à Aula algarvia foi publicado por Francisco Santana no ano de 1971, com acréscimo de dados em 1987 e 1988 (veja-se Santana, 1971, 1987e, 1988b, 1988c).

Passando do sul para o norte de Portugal, somente 18 anos após o primeiro pedido de estabelecimento de uma Aula de Comércio na *Invicta*, pelos homens de negócios nortenhos, surge a Aula do Comércio do Porto<sup>2</sup> (1803), integrada na Academia Real da Marinha e Comércio da Cidade do Porto (Gonçalves, 2011b, p. 115). Usando a analogia de Portela (1968, pp. 791-792), a Junta de Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro seria a norte do país o que foi a Junta do Comércio em Lisboa: patrona do ensino comercial.

A Aula nortenha introduziu diversas novidades quando comparada à Aula lisboeta, nomeadamente, o ensino das línguas vivas, por serem cruciais para a compreensão de obras mercantis estrangeiras e também para a negociação com os países do norte da Europa (Gonçalves, 2011b, pp. 140, 151). Foi também introduzido no plano curricular da Aula do Porto o ensino da geografia (Gonçalves, 2011b, p. 151). Reconhecendo as vantagens retiradas do ensino da geografia aos aulistas, o qual não era considerado na Aula da capital, Ratton tomou a iniciativa de adquirir mapas que colocou nas paredes da Aula de Lisboa, na sua qualidade de deputado da Junta do Comércio. Nas suas palavras (ver Ratton, 1813, pp. 253-254), faltou à aula [lisboeta] o ensino da geografia e para suprir esta falta e inspirar nos alunos o desejo de a estudarem é que eu [Ratton] quando entrei na Real Junta do Comércio propus àquele tribunal que se mandassem vir de Inglaterra uma coleção de mapas geográficos e sendo aceite a minha proposta os mandei preparar e colocar nas paredes da dita Aula.

A fuga da corte para o Brasil em 1807 devido às invasões francesas, deu origem à criação de alguns novos estabelecimentos de ensino sediados no Brasil. Nesta ordem de ideias, surgiram as seguintes Aulas do Comércio: Rio de Janeiro (1809), Baía (1814), Maranhão (1814) e Pernambuco (1821). Todas estas escolas de contabilidade seguiram o modelo estatutário estabelecido por Pombal para a Aula lisboeta, até 1845 (Araújo e Rodrigues, 2013, pp. 6, 18).

Em suma, a Tabela 2 sumaria as Aulas do Comércio instituídas por Portugal de 1759 a 1821. Além do referido, identifica o ano de instituição de cada uma das escolas de contabilidade, o ano de início dos estudos, a sua localização e, bem assim, o primeiro professor.

2 Ao longo dos 34 anos da sua existência (1803-1837), a Aula do Comércio do Porto registou uma vida atormentada, tanto por causa das invasões francesas como pelo tumulto ligado à implementação do Liberalismo (Santos, 2006). Sucedeu-lhe a Academia Politécnica do Porto (1837-1911) (Portela, 1968, p. 792). Com a implementação da Academia Politécnica do Porto passaram a ser cobradas propinas aos alunos, o que não acontecia com a sua antecessora, em que o ensino era gratuito (Gonçalves, 2011a, p. 17). Para o estudo da Academia Politécnica do Porto, veja-se Gonçalves, Lira e Marques (2012).

**Tabela 2:** Aulas do Comércio fundadas entre 1759 e 1821, em Portugal e no Brasil.

<i># (Ordem cronológica)</i>	<i>Ano de fundação</i>	<i>Ano de início dos estudos</i>	<i>Nome da instituição de ensino</i>	<i>Localização</i>	<i>Observações</i>
1	1759	1759	<b>Aula do Comércio de Lisboa</b>	Lisboa	João Henrique de Sousa foi o primeiro professor. A contabilidade por partidas dobradas era ensinada no terceiro ano; o curso era de três anos.
2	1791	1791	<b>Aula do Comércio de Faro</b>	Faro	Pedro Guilherme da Fonseca foi o primeiro professor (Santana, 1974).
3	1803	1803	<b>Aula do Comércio do Porto</b> (integrada num estabelecimento maior: a Academia Real da Marinha e Comércio da Cidade do Porto)	Porto	José Honório Guerner foi o primeiro professor. Este professor havia sido aluno diplomado pela Aula do Comércio de Lisboa e era também bacharel formado pela Universidade de Coimbra (Gonçalves, 2011b).
4	1809	1811	<b>Aula do Comércio do Rio de Janeiro</b>	Rio de Janeiro	José António Lisboa, antigo aluno da Aula do Comércio de Lisboa, foi o professor nomeado para a docência (Araújo e Rodrigues, 2013). Ao tomar posse, José António Lisboa foi informado pela Junta do Comércio que deveria seguir os estatutos da Aula do Comércio de Lisboa (Araújo e Rodrigues, 2013).
5	1814	1815	<b>Aula do Comércio da Baía</b>	Salvador	O primeiro pro-

6	1814	1816	<b>Aula do Comércio do Maranhão</b>	São Luís	fessor foi Genuíno Barbosa Betâmio (Araújo e Rodrigues, 2013). Francisco Justiniano da Cunha, ex-aluno da Aula do Comércio de Lisboa, foi o professor designado (Araújo e Rodrigues, 2013). O mesmo lente – Francisco Justiniano da Cunha – foi o professor nomeado (Araújo e Rodrigues, 2013).
7	1821	1821	<b>Aula do Comércio de Pernambuco</b>	Recife	

**Fonte:** Elaboração própria.

Araújo e Rodrigues (2013) informam que, após a sua aprovação, muitos dos alunos formados nas Aulas do Comércio no Brasil tinham empregos garantidos em repartições públicas e casas comerciais.

Além das referidas Aulas, D. João, futuro D. João VI, também transportou para o Brasil outra instituição portuguesa, a Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação deste Estado e Domínios Ultramarinos, em 1808 (Santana, 2012, p. 27; Araújo, Rodrigues e Craig, 2016, p. 45).

Regressando a Portugal, por decreto de 30 de junho de 1834 foi extinta a Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação (Portela, 1986, p. 793; Santana, 1986b, p. 30), não tendo resistido às ideias liberais de Mouzinho da Silveira (Machado, 2009, p. 6). Como naturalmente se depreende, também a instituição de outras Aulas, como a de Faro e do Porto, pesaram na queda da frequência da Aula do Comércio de Lisboa (Rodrigues *et al.*, 2003, p. 48).

Com diversos fatores contra si, a Aula do Comércio de Lisboa foi rebaixada ao nível do ensino liceal, sendo anexada ao Liceu Nacional de Lisboa como sua secção comercial, por decreto de 20 de setembro de 1844 (Portela, 1986, p. 793; Costa, 1980, p. 390; Gonçalves, 2011a, p. 13). Machado (2009, p. 6) refere que foi neste contexto que o ensino da contabilidade e a profissão de guarda-livros perderam prestígio ao longo de todo o século XIX.

#### 4 CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

A nomeação do Marquês de Pombal para o governo central no reinado de D. José I mudou para sempre o panorama contabilístico português e brasileiro. Ao estadista deve-se a instituição da primeira Aula do Comércio portuguesa que se dedicava ao ensino comercial e, naturalmente, contabilístico. No entanto, no reinado *joanino* apenas se identifica a criação de uma Aula do Comércio.

No reinado posterior, surge a segunda Aula do Comércio em Portugal localizada em Faro, a única instituída sob a responsabilidade de D. Maria I. Com a sua doença psicológica assume os comandos do reino o seu filho D. João, a partir de 1792. Pelas suas mãos surgem diversas Aulas do Comércio como a do Porto e em diversos locais do Brasil, estas últimas devido à fuga da corte para o Brasil em consequência das invasões francesas que pautaram os primeiros anos do século XIX.

De facto, durante a sua regência o príncipe instituiu o maior número de Aulas do Comércio a registar. A única Aula do Comércio que instituiu enquanto monarca foi a de Pernambuco, também esta localizada na América Portuguesa. Note-se que embora D. Maria I tenha protagonizado uma *viradeira* por ser contra os ideais pombalinos, não deixou de reconhecer as vantagens retiradas do ensino comercial e, mais propriamente, do ensino e difusão das partidas dobradas.

Todas as Aulas descendentes da Aula do Comércio de Lisboa procuraram copiar o seu funcionamento. Relativamente às Aulas brasileiras estas seguiram os estatutos da Aula do Comércio de Lisboa.

O presente estudo identificou 40 contribuições da literatura que abordam a Aula do Comércio de Lisboa. Consequentemente, o trabalho apresenta como principal limitação a escassez de estudos relacionadas com as Aulas do Comércio fundadas após o período *jozefino-pombalino* comparativamente aos estudos elaborados sobre a Aula do Comércio lisboeta.

Relativamente a sugestões para investigações futuras, as mesmas relacionam-se com a limitação apresentada, nomeadamente que se elaborem pesquisas mais aprofundadas sobre as Aulas do Comércio de Faro, do Porto e do Brasil, com particular incidência para os estudos, desejavelmente de autores da comunidade académica dos dois países irmãos, em conjunto e em trabalho de equipa, que aumentem o conhecimento sobre estas escolas de contabilidade fundadas antes da independência do Brasil (1822).

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, W. G. E RODRIGUES, L. L. As primeiras Aulas do Comércio do Brasil no século XIX. **Comunicação apresentada ao XIV Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria**, 2013. (Lisboa, 10-11 Out.), 1-23.
- ARAÚJO, W. G., RODRIGUES, L. L. E CRAIG, R. Empire as an imagination of the center: the Rio de Janeiro School of Commerce and the development of accounting education in Brazil. **Critical Perspectives on Accounting** 46, 1-16, 2016.
- AZEVEDO, M. C. **A Aula do Comércio, Primeiro Estabelecimento de Ensino Técnico Profissional Oficialmente Criado no Mundo**. Lisboa: Escola Comercial Ferreira Borges, 1961.
- CAIADO, A. P. The teaching of accounting in Aula do Comércio (1759-1844). **Comunicação apresentada ao 8th World Congress of Accounting Historians** (Madrid, 19-21 Jul.), 1-9, 2000.
- CARDOSO, J. L. Uma “notícia” esquecida: o ensino da economia na Aula do Comércio. **Estudos de Economia** 5(1), 97-112, 1984.
- CARQUEJA, H. O. **Arte da Escritura Dobrada que Ditou na Aula do Comércio João Henrique de Sousa Copiada para Instrução de José Feliz Venâncio Coutinho no Ano de 1765 – Comentário. Fac-Símile e Leitura**. Lisboa: OTOC, 2010.
- COSTA, C. B. O ensino da contabilidade em Portugal - a necessidade de uma licenciatura em contabilidade. **Revista de Contabilidade e Comércio** 176, 389-404, 1980.
- DUARTE, C., LOPES, T. E GONÇALVES, M. Revisitação do ensino da contabilidade no século XIX em Portugal: uma síntese. **Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas** 28, 291-307, 2017.
- FARIA, A. R. Relevância, conteúdo e metodologia da investigação histórica em contabilidade. **Revista de Contabilidade e Comércio** 237, 185-224, 2006.
- FELISMINO, A. No duplo centenário da Aula do Comércio. **Boletim da Sociedade Portuguesa de Contabilidade** 22, 27-44, 1960.
- FERREIRA, L. F., KEDSLIE, M. E FREITAS, M. V. The history of accounting in Portugal, with special reference to the Aula do Comercio. Comunicação apresentada ao 18th **European Accounting Association Congress** (Birmingham, 10-12 Mai.), 1-22, 1995.
- GONÇALVES, J. C. A «Aula do Comércio». Comemorações do 2.º centenário da sua fundação. **Boletim da Sociedade Portuguesa de Contabilidade** 21 e 22, 51-63, 1960.
- GONÇALVES, M. Análise estatutária das normas atinentes à regulação da Aula do Comércio de Lisboa (1759): uma reflexão adicional. **Jornal de Contabilidade** 399, 164-167, 2010a.
- GONÇALVES, M. Bosquejo de uma sucinta história da contabilidade em Portugal até à fundação da primeira escola de comércio e contabilidade (1759). **Revista Universo Contábil** 6(4), 89-103, 2010b.
- GONÇALVES, M. Escola de Comércio e memória histórica dos primeiros professores e estudantes de contabilidade (parte I). **Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas** 127, 56-64, 2010c.
- GONÇALVES, M. Escola de Comércio e memória histórica dos primeiros professores e estudantes de contabilidade (parte II). **Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas** 128, 47-54, 2010d.
- GONÇALVES, M. A Escola de Comércio de Lisboa (1844-1869) – contributo para a história do ensino da contabilidade em Portugal. **Jornal de Contabilidade** 106, 12-17, 2011a.
- GONÇALVES, M. Aula de Comércio do Porto (1803): sua criação e confronto crítico com a correlativa Aula lisboeta. **Contabilidade e Gestão – Revista Científica da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas** 10, 115-163, 2011b.
- GONÇALVES, M. Explorando a relação ensino-contabilidade: genealogia da Aula de Comércio lisboeta, 1759. **Revista de Contabilidade & Finanças** 104, 4-12, 2011c.

- GONÇALVES, M. Relação dos primeiros contabilistas formados em Portugal por via institucional (1759-1763: Aula do Comércio de Lisboa). De **Computis** 25, 91-111, 2016.
- GONÇALVES, M. Contribuição para a história da profissão contabilística em Portugal: o primeiro guarda-livros com diploma escolar (1771). De **Computis** 26, 27-58, 2017a.
- GONÇALVES, M. **Pequena História de uma Escola de Contabilidade: a Aula do Comércio de Lisboa – Contributo para a História da Profissão de Contabilista e da Difusão das Partidas Dobradas em Portugal**. Lisboa: APOTEC, 2017b.
- GONÇALVES, M., LIRA, M. E MARQUES, M.C. O Porto e a instrução contabilística: apreciação crítica da disciplina de contabilidade e do curso de comércio da Academia Politécnica do Porto, 1837. **Revista Universo Contábil** 8(3), 149-167., 2012.
- GONÇALVES, M. E MARQUES, M. C. Da necessidade da criação do ensino de contabilidade para o ofício de guarda-livros no Portugal de setecentos. **Jornal de Contabilidade** 404, 328-334, 2010.
- GUIMARÃES, J. C. (2009). História (breve) da regulamentação da profissão de contabilistas. **Revista dos Técnicos Oficiais de Contas** 117, 30-43.
- LIRA, M. A importância da Aula do Comércio na história da contabilidade portuguesa. **Revista Universo Contábil** 7(2), 97-113, 2011a.
- LIRA, M. O ensino da contabilidade em Portugal no século XVIII: a Aula do Comércio. **Revista de educação e pesquisa em Contabilidade** 5(1), 50-72, 2011b.
- MACHADO, A. J. C. A importância das reformas pombalinas do ensino na evolução da contabilidade. **Revista de Contabilidade e Finança** 98, 4-8, 2009.
- MARTINS, E. A Aula do Comércio. *Revista de Contabilidade e Comércio* 19, 262-265, 1937.
- MARTINS, E. A «Aula do Comércio» (1759). **Boletim da Sociedade Portuguesa de Contabilidade** 22, 71-88, 1960.
- PEREIRA, J. M. **O Caixeiro e a Instrução Comercial no Porto Oitocentista: Percursos, Práticas e Contextos Profissionais**. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2001.
- POMBAL, M. [Marquês de] Carta ao Cardeal da Mota em 19 de fevereiro de 1742. In: Barreto, J. (1986) (ed.), **Sebastião José de Carvalho e Melo – Escritos Económicos de Londres (1741-1742)**. **Seleção, leitura, introdução e notas de José Barreto** (pp. 133-161). Lisboa: Biblioteca Nacional, 1742.
- PORTELA, A. F. A evolução histórica do ensino das ciências económicas em Portugal. **Análise Social** 22, 23 e 24, 787-836, 1968.
- RATTON, J. **Recordações de Jacome Ratton sobre Ocorrências do seu Tempo em Portugal, Durante o Lapso de Sessenta e Três Anos e Meio, aliás de Maio 1747 a Setembro de 1810**. Londres: H. Bryer, 1813.
- RODRIGUES, L. L. e CRAIG, R. English mercantilist influences on the foundation of the portuguese School of Commerce. **Atlantic Economic Journal** 32(4), 329-345, 2004.
- RODRIGUES, L. L. E CRAIG, R. Influências mercantilistas inglesas na criação da Aula do Comércio em 1759. **Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas** 62, 22-33, 2005.
- RODRIGUES, L. L. e CRAIG, R. Teachers as servants of state ideology: Sousa and Sales, Portuguese School of Commerce, 1759-1784. **Critical Perspectives on Accounting** 20(3), 379-398, 2009.
- RODRIGUES, L. L. E CRAIG, R. Os dois primeiros professores da Aula do Comércio e a ideologia do Estado. **Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas** 126, 44-55, 2010.
- RODRIGUES, L. L., CRAIG, R. E GOMES, D. State intervention in commercial education: the case of the Portuguese School of Commerce – 1759. **Accounting History** 12(1), 55-85, 2007.
- RODRIGUES, L. L., CRAIG, R. E GOMES, D. A intervenção do Estado no ensino comercial: o caso da Aula do Comércio, 1759 (I). **Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas** 118, 39-48, 2010a.
- RODRIGUES, L. L., CRAIG, R. E GOMES, D. A intervenção do Estado no ensino comercial: o caso da Aula do Comércio, 1759 (II). **Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas** 119, 39-44, 2010b.
- RODRIGUES, L. L., GOMES, D. E CRAIG, R. A aula do Comércio: primeiro estabelecimento de ensino técnico Profissional oficialmente criado no mundo?. **Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas** 34, 46-54, 2003.
- SANTANA, F. Locais de funcionamento da Aula do Comércio. **Revista Municipal – Lisboa** 126 e 127, 23-24, 1970.
- SANTANA, F. O Algarve pioneiro... uma velha e desconhecida escola farenses. In: **Correio do Sul** 2741, Faro, 28 de janeiro 1971, 1 e 4-5, 1971.
- SANTANA, F. **Contributo para um Dicionário de Professores e Alunos das Aulas de Comércio**. Lisboa: Associação Comercial de Lisboa – Câmara de Comércio, 1974.
- SANTANA, F. A Aula do Comércio: uma escola burguesa em Lisboa. **Ler História** 4, 19-30, 1985.

- SANTANA, F. A Aula do Comércio de Lisboa. I – antecedentes. **Lisboa – Revista Municipal** 15, 19-32, 1986a.
- SANTANA, F. A Aula do Comércio de Lisboa. II – relance sobre a vida de uma escola. **Lisboa – Revista Municipal** 16, 18-37, 1986b.
- SANTANA, F. A Aula do Comércio de Lisboa. III – dos programas aos exames (parte 1). **Lisboa – Revista Municipal** 18, 24-39, 1986c.
- SANTANA, F. A Aula do Comércio de Lisboa. III – dos programas aos exames (parte 2). **Lisboa – Revista Municipal** 19, 41-54, 1987a.
- SANTANA, F. A Aula do Comércio de Lisboa. IV – dos programas aos exames (continuação). **Lisboa – Revista Municipal** 20, 45-59, 1987b.
- SANTANA, F. A Aula do Comércio de Lisboa. V – abecedário de lentes e aulistas. **Lisboa – Revista Municipal** 21, 23-34, 1987c.
- SANTANA, F. A Aula do Comércio de Lisboa. VI. **Lisboa – Revista Municipal** 22, 41-48, 1987d.
- SANTANA, F. A Aula do Comércio do Reino do Algarve (I). *In: O Algarve*. Faro, 30 de dezembro, 1987, 1 e 8-9, 1987e.
- SANTANA, F. A Aula do Comércio de Lisboa. VII (conclusão). **Lisboa – Revista Municipal** 23, 19-30, 1988a.
- SANTANA, F. A Aula do Comércio do Reino do Algarve (II). *In: O Algarve*. Faro, 6 de janeiro de 1988, 1988b.
- SANTANA, F. A Aula do Comércio do Reino do Algarve (III). *In: O Algarve*. Faro, 13 de janeiro de 1988, 1988c.
- SANTANA, F. As Aulas do Comércio do Brasil. **Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa** 1-12, 25-36, 2012.
- SANTOS, C. O Porto e a instrução pública: a Academia Real da Marinha e Comércio (1803-1837). *In: Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques* (vol. 1, pp. 415-427). Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2006.
- THIAGO, P. A primeira Aula de Comércio em Portugal. **A Voz do Comércio** 24, 379-380, 1929.

## FONTES PRIMÁRIAS

### 1. FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS

- Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Caixa 182, Maço 56, fólio não numerado. Presença de D. José I no exame do aulista Maurício José Teixeira de Moraes.
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Junta do Comércio, Livro 109, fólio 78v. Matrícula de João Henrique de Sousa como negociante de grosso trato, em Lisboa.

### 2. FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS

#### 2.1 Legislação (ordem cronológica)

- Alvará Real de 19 de maio de 1759. Estatutos da Aula do Comércio. *In: Coleção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações, redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva* (pp. 655-660). Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Tipografia Maignense. Ano 1830.
- Carta de Lei de 30 de agosto de 1770. Lei de Matrícula na Junta do Comércio dos Negociantes de Lisboa e Declaração dos Empregos para que é precisa a Aprovação da Aula do Comércio. *In: Coleção de Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva* (pp. 491-495). Legislação de 1763 a 1774. Lisboa: Tipografia Maignense. Ano 1829.

#### 2.2 Livros

RATTON, J. **Recordações de Jacome Ratton sobre Ocorrências do seu Tempo em Portugal, Durante o Lapso de Sessenta e Três Anos e Meio, aliás de Maio 1747 a Setembro de 1810**. Londres: H. Bryer, 1813.